

# Sarney manda Pazzianotto montar pacto

Arquivo-10/3/85

**Brasília** — O Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, já tem pronto o esboço de projeto de lei que, certamente, será festejado pelas lideranças sindicais, independente de sua posição ideológica: o Governo perderá o direito de intervir nos sindicatos. É mais um ingrediente do pacto social que, lentamente, se começa a elaborar entre empresários e trabalhadores.

Preocupado em evitar turbulências sociais, que poderiam comprometer a estabilidade política, o Presidente em exercício José Sarney guindou o pacto entre empresários e trabalhadores à condição de prioridade. A preparação do terreno para a celebração de acordos será feita por Pazzianotto, ouvindo todos os lados — caberá ao Presidente o arremate.

## Quem paga?

Um dos cenários para o entendimento foi criado na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, quando o Ministério do Trabalho estabeleceu uma comissão dos direitos trabalhistas. Por esta comissão passarão sugestões de lideranças patronais e sindicais, visando alterações na legislação trabalhista, como a da lei de greve. "Vamos mudar fatia por fatia a CLT", garante Pazzianotto.

Há uma dificuldade inicial: saber quem fala por quem. De nada adianta preencher uma mesa de negociações com personagens sem representatividade. Não faltam, na verdade, problemas. "É difícil mas possível", pondera o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Albano Franco (PFL-SE) que, na quinta-feira, levou os dirigentes das confederações de Agricultura, Bancos, Transportes e Comércio ao Palácio do Planalto.

Durante o encontro com Sarney, manifestou-se a intenção de colaborar com o entendimento social. Por enquanto, são apenas manifestações de intenções. Nesta semana, são esperadas também lideranças sindicais no Palácio do Planalto, para aumentar o coro da boa vontade. "Os empresários estão com medo do futuro, sabem que a crise é aguda e vão ser flexíveis", acredita o Senador Severo Gomes (PMDB-SP), também empresário.

O certo é que todos querem muitos benefícios e poucas concessões. "O pacto não deve implicar sacrifícios aos trabalhadores que já foram sacrificados", acentua o líder do Governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, com livre trânsito entre sindicalistas e empresários. "Mas o acordo é indispensável", garante.

"Pacto começa com a diminuição dos juros", pede Albano Franco. "Elevação salarial imediata, diminuição das horas de trabalho" diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos, o **Joaquinzão**, pedindo também congelamento dos preços de produtos de primeira necessidade. "Congelamento das greves", exige o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio Vidigal.

## Os limites

O Deputado Alberto Goldmann (PMDB-SP), da cúpula do PCB, tem sentido as dificuldades para celebração de acordos. Preocupado em defender a idéia da necessidade de um pacto de transição, Goldmann vai aos sindicatos e nota: "Só se fala em aumento salarial. Não adianta aumentar o salário se a inflação corrói tudo. Precisamos combater a inflação".

"Não existe possibilidade de congelar as greves", diz o Deputado José Genoíno (PT-SP). "A democracia implica aceitar conflitos", acrescenta o Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, também do PT. Mas o Deputado Roberto Freire (PMDB-PE), do PCB, rebate: "São aventureiros. Jogam na crise". Genoíno irrita-se com esse tipo de acusação: "Somos aventureiros para quem defende os interesses da burguesia".

Os termos de um acordo vão causar, certamente, muita polêmica. "Mas, no final, tudo será acertado", acredita o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, autor de um trabalho, aprovado pela cúpula do partido, para a construção de um entendimento entre empresários e trabalhadores. Existem, porém, muitos limites a serem enfrentados.

— Tenho medo de que entremos num processo de argentinização, com uma inflação incontrolável — tem dito, com frequência, o Presidente em exercício José Sarney a vários ministros — mas não podemos esquecer o lado social". O Ministro do Planejamento, João Sayad, deixou claro aos parlamentares: "Pacto sim, mas sem emissão de moeda". Também deixou claro que o salário mínimo não será reajustado acima de 100% do INPC.

"Existe muita margem de negociação", acredita Severo Gomes. "Precisamos sentar, empresários, Governo e trabalhadores", pede Albano Franco. Para que a mesa de negociação não fique sendo servida por conversas vazias, desenvolve-se, nos bastidores do ministério, armas que poderão ser lançadas. É o próprio Sarney que vem incentivando ministros para encontrá-las.

## Agricultura já

Depois de uma conversa com o Ministro dos Transportes, Afonso Camargo, com o Presidente em exercício, no Palácio do Jaburu, surgiu a idéia do "vale-transporte" — os empresários financiarão parte da condução do trabalhador. Também incentivado por esse tipo de proposta, o Ministro da Educação, Marco Maciel começou a estudar soluções. "O entendimento é sempre uma prioridade", defende.

Assessores do Ministério da Educação querem, por exemplo, melhorar a situação do professor **leigo** que, por não ter diploma, recebe baixíssima remuneração, expandir a merenda escolar, aperfeiçoar o ensino profissionalizante, além de melhorar o salário do professorado. "Vamos gastar nossas energias nessas propostas", promete Maciel.

"Um dos centros dessa costura social será a agricultura", afirma o Ministro da Agricultura, Pedro Simom. Em seu ministério, pretende-se entrar na discussão pela equivalência dos direitos do homem do campo com o urbano. Assessores estudam até mesmo uma espécie de "vale-alimentação" para ajudar os mais carentes. De resto, a grande medida deverá ser anunciada no próximo dia 15, durante reunião com os secretários da Agricultura dos Estados.

Nesse encontro, será dito algo que, a rigor, há muito vem sendo anunciado sem efeito, "mas desta vez é pra valer", promete o secretário-geral do Ministério da Agricultura, Ruben Ilgenfritz da Silva. Toda a prioridade para a agricultura de subsistência (mandioca, milho, feijão e arroz) — essas plantações aumentam a oferta de alimento, exigem mão-de-obra e fixam o homem na terra, evitando migrações aos grandes centros.

Nesta segunda-feira, o campo recebe mais uma velha promessa: o cumprimento do Estatuto da Terra, instrumento de reforma agrária criado em 1964. A promessa será feita em cerimônia no Palácio do Planalto pelo Presidente em exercício, durante cerimônia para criação do Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária: "Será cumprido", garante o Ministro Nelson Ribeiro.

Seja como for, Sarney tem claro de que precisa incentivar o lado social do Governo e, por ora, tomou duas medidas: tirou das gavetas os planos de emergência contra a fome e o desemprego e determinou que o próximo Plano Nacional de Desenvolvimento privilegie investimentos sociais. Antes que o investimento político comece a sofrer abalos.



Pazzianotto; a arte de ouvir a todos